









A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

**Uma Questão Social,
Económica e Política**

Vanessa Cunha

Duarte Vilar

Karin Wall

João Lavinha

Paulo Trigo Pereira

(organizadores)



Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Co-edição APF – Associação para o Planeamento da Família

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal : uma questão social,
económica e política / org. Vanessa Cunha et al. -
Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2016. -
(Observatórios ICS; 3)
ISBN 978-972-671-377-7
CDU 316.3



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão (português): Levi Condinho
Revisão (inglês): John Stewart Huffstot
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 417334/16
1.ª edição: Novembro de 2016

Índice

Os autores	17
Prefácio	
27	
Sessão de abertura	
<i>João Lavinha</i>	33
<i>Karin Wall</i>	35
<i>Lisa Ferreira Vicente</i>	37
<i>Teresa Almeida</i>	39
<i>Carlos Pereira da Silva</i>	45
Sessão 1	
Compreender as problemáticas da natalidade	
Capítulo 1	
Understanding low fertility: Portugal in a European context ..	49
<i>Tomáš Sobotka</i>	
Capítulo 2	
A queda da fecundidade: o seu lado solar	73
<i>Ana Nunes de Almeida</i>	
Sessão 2	
A natalidade em Portugal	
Capítulo 3	
A natalidade e a fecundidade em Portugal	83
<i>Maria Filomena Mendes</i>	

Capítulo 4	
A importância dos segundos nascimentos nos atuais níveis de fecundidade em Portugal	111
<i>Isabel Tiago de Oliveira</i>	
Capítulo 5	
Análise das diferenças regionais de fecundidade em Portugal .	121
<i>David Cruz</i>	
Capítulo 6	
O adiamento do segundo filho. As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975	125
<i>Vanessa Cunha</i>	
Sessão 3	
Natalidade e saúde reprodutiva	
Capítulo 7	
A queda da natalidade, o controlo dos nascimentos e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos	137
<i>Duarte Vilar</i>	
Capítulo 8	
Natalidade e saúde reprodutiva	143
<i>Lisa Ferreira Vicente</i>	
Capítulo 9	
Widening medical support to infertility: ARTful birthrate increase?	147
<i>João Lavinha</i>	

Capítulo 10	
Condições do nascimento e indicadores de saúde materna em Portugal	153
<i>Sónia Cardoso Pintassilgo</i>	
Capítulo 11	
APFertilidade: associativismo e PMA no espaço público	161
<i>Marta Casal</i>	
Capítulo 12	
A PMA no contexto da natalidade e da saúde reprodutiva ...	165
<i>Eurico Reis</i>	
Sessão 4	
Natalidade e políticas de família na Europa e em Portugal	
Capítulo 13	
The impact of family policies on fertility trends	183
<i>Angela Greulich</i>	
Capítulo 14	
Family policies in Portugal: brief overview and recent developments	191
<i>Karin Wall</i>	
Capítulo 15	
Towards the de-feminization of care, fertility and family/work balance	203
<i>Virgínia Ferreira</i>	

Capítulo 16	
Family policies and poverty in Portugal	213
<i>Carlos Farinha Rodrigues</i>	

Sessão 5 **Natalidade, família e conciliação**

Capítulo 17	
Natalidade: a urgência do compromisso do mundo empresarial	219
<i>Sara Falcão Casaca</i>	

Capítulo 18	
Crónicas de uma ex-presidente CITE	225
<i>Sandra Ribeiro</i>	

Capítulo 19	
As boas práticas do poder local	235
<i>Armando Varela</i>	

Sessão 6 **Perspetivas políticas da natalidade I: apresentação e discussão do relatório «Para um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade»**

Capítulo 20	
Por um país amigo das crianças, das famílias e da natalidade .	241
<i>Joaquim Azevedo</i>	

Capítulo 21	
Comentário	251
<i>Heloísa Perista</i>	

Capítulo 22	
Comentário	255
<i>Maria João Valente Rosa</i>	
Capítulo 23	
Comentário	259
<i>Paulo Trigo Pereira</i>	
Sessão 7	
Perspetivas políticas da natalidade II:	
partidos políticos	
<i>Mónica Ferro</i>	265
<i>Catarina Marcelino</i>	271
<i>Paula Santos</i>	277
<i>Inês Teotónio Pereira</i>	283
<i>Heloísa Apolónia</i>	289
Sessão de encerramento	
As problemáticas da natalidade: ideias e desafios	
Conclusões da Conferência	295
<i>Rodrigo Rosa e Catarina Lorga</i>	



Índice de quadros e figuras

Quadros (*tables*)

1.1	Number of children at age 40 among women born in 1955-72, Portugal	55
3.1	Fecundidade realizada e fecundidade final esperada entre pessoas com 20-49 anos	105
3.2	Decisão permanente de se manter sem filhos depois dos 29 anos, em Portugal em 2011	107
3.3	Decisão permanente de se manter com apenas um filho depois dos 29 anos, em Portugal em 2011	108
4.1	Índice Sintético de fecundidade e <i>Parity and Age Total Fertility Rate</i> em Portugal	113
4.2	<i>Parity and Age Total Fertility Rate</i> (geral e por ordem de nascimento) ..	116
6.1	Why is it a difficult step going from 1 to 2? Reasons for postponing the 2nd child	130
7.1	Evolução do uso de contraceptivos em Portugal	140
9.1	ART numbers in 2012	150
13.1	The impact of family policies on fertility for 18 OECD countries (1982-2007)	186
16.1	Poverty incidence by household type – 2006-2009-2012 (%)	215

Figuras (*figures*)

1.1	Period total fertility rate in broader European regions (excluding Central and Eastern Europe), Spain and Portugal, 1980-2013	50
1.2	Mean age of mothers at the birth of the first child in broader European regions, Spain, Portugal, and the United States, 1970-2013	51

1.3	Period Total Fertility Rate (TFR) and tempo- and parity-adjusted index of total fertility (TFRp*) in selected European countries, European Union and the United States, around 2010	53
1.4	Period Total Fertility Rate (TFR) and tempo- and parity-adjusted index of total fertility (TFRp*) between 1990 and 2010 (TFRp*) or 2013 (TFR)	53
1.5	Observed (1960 and 1970) and projected (1979) completed cohort fertility in European regions, Portugal, United States and East Asia	54
1.6	Period total fertility rates in Southern European countries, 2000-13 (left panel) and the link between unemployment rate and period fertility decline below age 30 in Portugal, 2000-13 (right panel)	59
1.7	Relative changes in fertility rates by age in Portugal and Spain (in %) four years prior to the onset of the economic recession (2004-8) and four years after the start of the recession (2008-12)	60
1.8	Relative changes in total fertility rates in Portugal by birth order, 2008-13	60
1.9	Share of young people aged 20-24 enrolled in education; Portugal, Spain and the European Union, 1998-2013	62
1.10	Correlation between EIGE Gender Equality Index and period total fertility rate in 2010 (EU-27 countries)	64
3.1	Evolução das taxas brutas de mortalidade, de natalidade e de nupcialidade em Portugal, entre 1940 e 2010	84
3.2	Evolução das taxas brutas de nupcialidade, de divorcialidade e de interrupção dos casamentos por morte, em Portugal, de 1940 a 2010	85
3.3	Evolução do número de casamentos celebrados, de nascimentos totais e de nascimentos dentro e fora do casamento	86
3.4	Evolução do índice sintético de fecundidade e da idade média à fecundidade, em Portugal, entre 1950 e 2010 ^{3.4}	87
3.5	Comportamento da fecundidade por grupos de idades, em Portugal, entre 1950 e 2010	89
3.6	Curvas de fecundidade, em Portugal, de 1950 a 2010	91
3.7	Curvas de fecundidade, Portugal, em 1981 e 2010	93
3.8	Curvas de fecundidade em Portugal, entre 2000 e 2013	96

3.9	Curvas de fecundidade em Portugal, em 2000 e 2013	96
3.10	Total de nascimentos ocorridos em cada ano civil, em Portugal, entre 2000 e 2013	97
3.11	O efeito <i>tempo</i> , em Portugal, entre 1959 e 2013	99
3.12	O efeito <i>tempo</i> observado em Portugal, entre 2001 e 2012	102
3.13	Evolução das taxas de fecundidade, idade a idade, das gerações nascidas em Portugal, entre 1944 e 1999	103
4.1	Evolução do índice sintético de fecundidade na Europa (1980-2012)	112
4.2	Proporção de mulheres que têm pelo menos um filho (PATFR.1) em Portugal	114
4.3	Proporção de mulheres que têm pelo menos dois filhos (PATFR.2) em Portugal	114
4.4	Proporção de mulheres que têm pelo menos um filho (PATFR.1) em diversos países	117
4.5	Proporção de mulheres que têm pelo menos dois filhos (PATFR.2) em diversos países	117
5.1	Índice sintético de fecundidade em 1992 e 2013 em Portugal por NUTS III	123
6.1	Mean number of children (live births and foster children) at a given age and at the end of the reproductive trajectory, by cohort	127
6.2	Postponing the 1 st child... Childlessness at age 35, by cohort	128
6.3	Postponing the 2 nd child... Time-span between the 1 st and the 2 nd child, by cohort (% time-span above 5 years and mean number of years)	128
6.4	Parity distribution (number of children) at age 35-40	129
6.5	Late childbearing intentions (receptiveness at age 35-40), by current parity	129
6.6	Waiting for better days... Those who intend to have a 2 nd child are still postponing: «When do you intend to have the child?»	131
6.7	Fertility outcomes (parity distribution), by cohort (at age 35-40 and ultimate for cohort born 1970-1975)	131
7.1	Evolução do índice da fecundidade em Portugal (1971-2011)	139

9.1	Proportion of infants born conceived using ART between 1997 and 2009	150
13.1	Evolution of total fertility rates in selected European countries ...	183
13.2	Fertility re-increases coming hand in hand with economic development	184
13.3	Child care coverage (0-2 years)	190
13.4	Stable employment – a cross cutting objective	190
14.1	Public spending on family benefits (economic support and services) as % of GDP (1980-2009), Portugal	192
14.2	Number of beneficiaries of main family benefit, Portugal 2000-2013	194
14.3	Social Security expenditure on all cash benefits and on main family benefit, at constant prices (reference year 2000) (2000-2013)	194
14.4	Coverage rate: daycare services for children below age 3, Portugal (2000-2013) (%)	197
14.5	Coverage rate: pre-school (3-5), Portugal (1980-2013) (%) (UE 27: 86% in 2013)	197
14.6	Number of beneficiaries on minimum income (RSI): number of individuals and number of families, 2009-2013	199

Os autores*

Ana Nunes de Almeida, socióloga, é investigadora coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), sendo presidente do Conselho Científico e coordenadora do Programa de Doutoramento InterUniversitário em Sociologia. Tem dirigido ou participado em projetos sobre família e classe social, fecundidade e trabalho feminino, família e maus-tratos às crianças, ensino superior e trajetórias estudantis, crianças e internet. Últimas publicações: *Infâncias Digitais* (coord.). Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, no prelo; *Sucesso, Insucesso e Abandono na Universidade de Lisboa: Cenários e Percursos* (coord.). Lisboa: Educa, 2013; *Infância, Crianças, Internet: Desafios na Era Digital*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2012; *História da Vida Privada*, vol. IV (coord.) (coordenação geral da obra de J. Mattoso). Lisboa: Círculo dos Leitores, 2011; *Para uma Sociologia da Infância*. Lisboa: ICS, 2009.

Angela Greulich (Luci), is a German economist. She works as Assistant Professor in Economics at Université Paris 1 Sorbonne-Panthéon. Her research focusses on interactions between economic development, women's working activities, social policies and demographic dynamics in developing, emerging and developed countries.

Armando Varela nasceu em Lisboa em 1965, mas viveu grande parte da sua vida no Alentejo. Licenciado em Gestão de Empresas e com uma pós-graduação em Finanças, foi professor na Escola Secundária de Estremoz. Iniciou então uma carreira ligada ao mundo empresarial, que articulou sempre com a participação cívica em movimentos associativos. Sempre entregue à causa pública, ocupa o cargo de vereador à Câmara

* Notas biográficas gentilmente cedidas pelos autores à data da Conferência (Janeiro de 2015), com exceção das notas biográficas das deputadas, que foram pesquisadas no *website* da Assembleia da República, no âmbito da Atividade Parlamentar da XII Legislatura (2011-06-20 a 2015-10-22). Informação consultada em Julho de 2016 em: https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/deputados_ef.aspx.

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

Municipal de Sousel entre 2001 e 2005, ano em que foi eleito presidente pela primeira vez, sendo reeleito em 2009. Neste período assume um papel de relevo na região, ocupando cargos em diversas instituições, nomeadamente na Associação Nacional de Municípios Portugueses. É casado e pai de duas filhas.

Carlos Farinha Rodrigues é professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-ULisboa). É investigador do Cemapre, membro da Direção do Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson-Correia da Serra, coordenador científico do Observatório das Desigualdades do (CIES-IUL) e assessor do Instituto Nacional de Estatística. Desde 2013 é coordenador do Mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISEG. Doutorado em Economia, as suas áreas de investigação são: Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza; Política Social, Avaliação de Políticas Públicas. Tem diversos estudos publicados em revistas nacionais e internacionais sobre desigualdade e pobreza em Portugal. É o responsável nacional pela construção do modelo de microsimulação de políticas sociais Euromod. Foi recentemente responsável pelo estudo «Desigualdades Sociais» desenvolvido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Catarina Marcelino, licenciada em Antropologia, é deputada da XII Legislatura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) pelo Circuito Eleitoral de Setúbal. Deputada desde a XI Legislatura, pertence ou pertenceu à Comissão de Defesa Nacional, Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Comissão de Saúde, Comissão de Segurança Social e Trabalho.

David Cruz, formado em Geografia pela Universidade Nova de Lisboa, mas com um percurso profissional mais próximo da Demografia e Sociologia. Atualmente participa no projeto de investigação «O Duplo Adiantamento: as intenções reprodutivas de homens e mulheres depois dos 35 anos» no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e encontra-se a trabalhar na tese de doutoramento «Portugal, o Interior e o Litoral: Diferenças de Fecundidade e Intenções Reprodutivas entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Faixa Interior Norte». *International volunteer* na organização não-governamental We Are Changing Together – WACT, na qual está a desenvolver o «Geração 50/50 – Gravidez, Escolha, Riscos e Adolescência», projeto de empreendedorismo social sobre gravidez e fecundidade na adolescência em São Tomé e Príncipe. Entre 2010 e 2012, passou pelo Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do Ins-

Os autores

tituto Nacional de Estatística. Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Demografia e membro do Conselho de Escola do ICS-ULisboa. Contacto: david.cruz@ics.ulisboa.pt

Duarte Vilar, licenciado em Sociologia pelo ISCTE em 1981 e doutorado em Sociologia da Comunicação e da Cultura pelo ISCTE em 2000 com a tese «Falar Disso: Contributos para a Compreensão da Comunicação entre Progenitores e Adolescentes sobre Temas de Sexualidade». Grau de capacidade investigadora concedido pelo Doctorado de 3.º Ciclo em Sexologia pela Universidade de Salamanca em 1999. É diretor executivo da Associação para o Planeamento da Família desde 1988, professor associado da Universidade Lusíada de Lisboa e investigador e formador em temas de educação sexual e saúde reprodutiva, especialmente na adolescência e autor de bibliografia diversa nestas áreas.

Eurico Reis é juiz desembargador na 1.ª Secção (Cível) do Tribunal da Relação de Lisboa desde 15 de setembro de 2001 até à presente data, sendo, por eleição dos seus pares, presidente da Secção desde Janeiro de 2011. Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, por nomeação da Assembleia da República desde 22 de Maio de 2007, é colaborador regular nas atividades da Associação para o Planeamento da Família (APF), nomeadamente como consultor com elaboração de vários pareceres na área da Interrupção Voluntária da Gravidez, Educação Sexual nas Escolas e Procriação Medicamente Assistida.

Heloísa Apolónia, licenciada em Direito, jurista, é deputada da XII Legislatura do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) pelo Círculo Eleitoral de Setúbal. Deputada desde a VI Legislatura. Comissões a que pertence ou já pertenceu: Comissão Eventual para a Revisão Constitucional; Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Economia e Obras Públicas (Coordenadora GP); Comissão de Agricultura e Mar; Comissão de Educação, Ciência e Cultura (Coordenadora GP); Comissão de Saúde; Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (Coordenadora GP).

Heloísa Perista, socióloga, com doutoramento pela Universidade de Leeds, é investigadora sénior no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Entre as suas áreas de investigação, a igualdade de mulheres e de homens tem merecido destaque particular, tendo desenvolvido diversos estudos e projetos e participado em várias redes, de âmbito nacional e

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

européu, nomeadamente na área dos usos do tempo e da articulação do trabalho pago com o trabalho não-pago de cuidado. Os resultados das suas pesquisas têm sido disseminados através de seminários e conferências, bem como na publicação de artigos e livros, em Portugal e no estrangeiro.

Inês Teotónio Pereira, jornalista, é deputada da XII Legislatura do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) pelo Círculo Eleitoral de Lisboa. Comissões a que pertence: Comissão de Educação, Ciência e Cultura; Comissão de Segurança Social e Trabalho; Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local; Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal; e Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios SA.

Isabel Tiago de Oliveira concluiu o mestrado e o doutoramento na área da Demografia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. É professora auxiliar do Departamento de Métodos de Pesquisa Social, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, onde leciona disciplinas na área da Análise de Dados, e é também investigadora do CIES (Centro de Investigações e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa). É vogal de Direção da Associação Portuguesa de Demografia. Áreas de interesse: demografia, fecundidade, contraceção, migrações.

João Lavinha (Sintra, 1949). Board member and volunteer of Associação para o Planeamento da Família. Head of Research & Developemnt Unit and researcher in the field of human genetics at the Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge. His main scientific interests include human sex development and reproductive disorders and public health genomics. He has a life-long commitment with the strengthening of the participation of civil society organizations in addressing and tackling some of the most pressing societal challenges.

Joaquim Azevedo, nascido em 1955 (Santa Maria da Feira), licenciado em História e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, é professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa (UCP), investigador no Centro de Estudos do Desenvolvimento Humano (UCP) e presidente da Fundação Manuel Leão. Desempenhou as funções de diretor-geral do Ministério da Educação (1988-92) e de secretário de Estado da Educação (em 1992 e 1993). É membro cooptado do Conselho

Os autores

Nacional de Educação (2014-2018), dirige a Comissão de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Sistema Educativo, pertencendo à Comissão Coordenadora do CNE. Representou Portugal em vários organismos internacionais (OCDE, UNESCO). É diretor de várias publicações, entre elas a *Revista Portuguesa de Investigação Educacional* e da revista *EDUCArise – International Educational Journal*, e é autor de vários livros e inúmeros artigos sobre educação e formação. O seu último livro é *Liberdade e Política Pública de Educação. Ensaio sobre um Novo Compromisso Social pela Educação* (2011). É ainda membro da Comissão Nacional Justiça e Paz. É casado, vive no Porto, tem três filhos e dois netos.

Karin Wall é doutorada em Sociologia, investigadora coordenadora do ICS-UL e professora convidada de políticas de família no ISCTE-IUL. Coordena a linha de investigação sobre «Percurso de Vida, Desigualdades e Solidariedade: Práticas e Políticas» e o Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP). Foi diretora da Imprensa de Ciências Sociais. Trabalha desde 1995 como especialista em políticas de família junto da Comissão Europeia e em várias redes internacionais. Tem dirigido e desenvolvido investigação de âmbito nacional e internacional sobre família e mudança social, trajetórias e interações familiares, conciliação entre vida profissional e vida familiar, família e género, famílias imigrantes, sistemas de cuidados, políticas de família.

Lisa Ferreira Vicente, licenciada em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa em 1993 e assistente hospitalar de ginecologia-obstetrícia desde 2003. Realizou uma pós-graduação em Medicina Sexual (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2004). Como voluntária da Associação para o Planeamento da Família (APF) participou em várias actividades formativas no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva. Criou e é responsável, desde 2002, pela Consulta de Saúde Reprodutiva da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP). Colaboradora do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva da DGS (2007-2009), Chefe da Divisão de Saúde Reprodutiva da DGS (2009-2011), chefe de divisão de Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da DGS (2012-2016). Membro dos corpos sociais da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica (2008-2010 e desde 2012). Coordenou a Comissão da Sexualidade Feminina desta Sociedade (2008-2012).

Maria Filomena Mendes é professora associada no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e investigadora do Centro Interdis-

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

ciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CI-DEHUS-UE). Doutorada em Sociologia, leciona unidades curriculares de Demografia aos cursos de licenciatura em Sociologia e de Mestrado em Modelação Estatística e Análise de Dados. Tem coordenado vários projetos de investigação, avaliados e financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, na área da Demografia e da Sociologia. Tem várias publicações nestes domínios científicos. É atualmente presidente da Direção da Associação Portuguesa de Demografia.

Maria João Valente Rosa é doutorada em Sociologia (1993), especialidade Demografia, e professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dirige, desde 2009, a PORDATA (www.pordata.pt), projeto da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), e coordena a área científica «População» da FFMS. Foi, pela FFMS, a responsável científica do Inquérito à Fecundidade 2013, realizado no âmbito de um protocolo celebrado, em 2012, entre a FFMS e o INE. Integra o Conselho Superior de Estatística (CSE), na qualidade de membro de reconhecida reputação de mérito científico e independência, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT) e o Comité Consultivo Europeu da Estatística (ESAC). Exerceu vários cargos públicos: subdiretora-geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2007-2009); diretora-geral do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) do Ministério da Educação (2005-2006) e vice-presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) do Ministério da Ciência e da Tecnologia (2000-2002). É autora e coordenadora de inúmeros estudos publicados sobre a sociedade portuguesa. Entre estes, e no âmbito da colecção de ensaios da FFMS, é co-autora de *Portugal: Os Números* (n.º 3), *Portugal e a Europa: Os Números* (n.º 39) e autora de *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa* (n.º 26).

Marta Casal nasceu em Gondomar a 31 de Agosto de 1974. Estudou na Escola Secundária de Gondomar onde concluiu o ensino secundário. Iniciou a sua atividade profissional em 1995 como administrativa numa empresa do ramo da construção civil, onde permaneceu até final de 2012. Atualmente é sócia/empresária numa empresa do ramo automóvel. De 2009 a 2011 foi membro efectivo do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Fertilidade e desde 2011 é presidente da Mesa da Assembleia-Geral da mesma associação.

Os autores

Mónica Ferro, docente universitária, mestre em Relações Internacionais, é deputada da XII Legislatura do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) pelo Círculo Eleitoral de Lisboa. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD e do Fórum Europeu de Parlamentares para a População e Desenvolvimento, coordena o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento e o Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Paula Santos, licenciada em Química Tecnológica, é deputada da XII Legislatura do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP) pelo Círculo Eleitoral de Setúbal. Deputada desde a XI Legislatura. Comissões a que pertence ou já pertenceu: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; Comissão de Saúde (coordenadora GP); e Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

Paulo Trigo Pereira, professor catedrático de Economia Pública e do Bem-Estar no ISEG /Universidade de Lisboa, é também presidente do Institute of Public Policy Thomas Jefferson-Correia da Serra. Está na Coordenação do Mestrado de Economia e Políticas Públicas e dos Cursos de Finanças Públicas (1.º e 2.º ciclo) no ISEG, onde ensina Finanças Públicas, Economia das Instituições e Análise Económica do Direito. Tem vários livros sobre Finanças Públicas e Economia das Instituições, tendo o último livro – *Portugal Dívida Pública e Défice Democrático* – ganhou o «Prémio de Melhor Livro de Economia e Gestão 2012» do *Económico*. Tem publicado artigos científicos em várias áreas: finanças públicas, teoria da escolha pública e social e instituições eleitorais. Foi investigador visitante nas Universidades de Amesterdão (UvA), Leicester, London School of Economics, New York, Turku e Yale. Coordena dois projetos da sociedade civil sobre Transparência Orçamental em Portugal (o «Open Budget Initiative» e o «Budget Watch») e é cronista regular do jornal *Público* com uma crónica de finanças públicas e outra de cidadania. Fez assessoria para vários governos nas áreas de finanças locais, regionalização e reforma do Estado.

Sandra Ribeiro, licenciada em Direito, apresenta mais de 15 anos de experiência como jurista na área do direito laboral. Participou no grupo de trabalho criado pelo então Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que com base no livro verde e no livro branco das relações do trabalho, elaborou o projeto de alteração ao regime da parentalidade aprovado no âmbito da revisão ao Código do Trabalho, em 2008. Entre 2010

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

e 2014 desempenhou o cargo de presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, onde teve como uma das suas principais preocupações promover a partilha da licença parental entre pais e mães, aumentar a sensibilização social para o fenómeno da discriminação masculina na parentalidade, no mercado de trabalho, e chamar a atenção para a ligação entre as dificuldades de conciliação entre vida familiar e vida profissional e a baixa taxa de natalidade. Membro do Conselho Executivo da EQUINET – European Network of Equality Bodies (2013-2015).

Sara Falcão Casaca é professora auxiliar com Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa (ISEG-ULisboa), investigadora-agregada do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS) e investigadora-colaboradora do CIEG – Centro Interdisciplinar em Estudos de Género. As suas temáticas de investigação e publicações, fundamentalmente no âmbito da Sociologia do Trabalho e Relações de Género, têm incidido sobre a flexibilidade de emprego e de tempos de trabalho; as desigualdades de género na esfera laboral; género, liderança e toma de decisão na esfera económica; e a articulação trabalho-família. É colaboradora da OIT (Organização Internacional e Trabalho) na conceção de conteúdos formativos sobre Género e Mudança Organizacional. Coordenou a Research Network – Gender Relations in the Labour Market and the Welfare State, da European Sociological Association (ESA). Integrou o Grupo de Alto Nível em *mainstreaming* de Género da União Europeia, o Conselho de Administração do European Institute for Gender Equality (EIGE). Foi presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). Coordena o Projeto Igualdade de Género nas Empresas (Programa PT07 Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada/EEA Grants). Integra atualmente o Grupo Técnico-Científico do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, na qualidade de perita nas áreas dos direitos das mulheres, da igualdade de género e da cidadania. *E-mail*: sarafc@iseg.ulisboa.pt.

Sónia Cardoso Pintassilgo é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL e investigadora do CIES-IUL. É docente do Departamento de Métodos de Pesquisa Social, da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, onde leciona, atualmente, cadeiras de Demografia e Laboratório de Indicadores e Fontes Estatísticas. É membro da direção da Associação Portuguesa de Demografia. Temas de pesquisa e de interesse: demografia, sociologia da população, da família e do nascimento.

Os autores

Tomáš Sobotka, leads the research group on Comparative European Demography at the Vienna Institute of Demography, Austrian Academy of Sciences and Wittgenstein Centre for Demography and Human Global Capital. He holds a PhD in demography from the University of Groningen (the Netherlands). His research focuses on fertility and family in low fertility settings, fertility data and measurement, population and family change in Europe and assisted reproduction. Currently he is principal investigator in the European Research Council funded project analysing fertility and reproduction in Europe in the early 21st century (EURREP, www.eurrep.org). Tomáš Sobotka has helped launching and expanding several data repositories, including the Human Fertility Database (HFD, www.humanfertility.org) and Human Fertility Collection (www.fertilitydata.org). More details and list of publications at http://www.oeaw.ac.at/vid/staff/staff_tomas_sobotka.shtml and www.eurrep.org.

Vanessa Cunha, socióloga e investigadora do ICS-ULisboa. Investiga a baixa fecundidade e o adiamento; as transições para o primeiro e o segundo filho; as decisões reprodutivas, o género e a negociação conjugal da parentalidade. É membro da comissão coordenadora do OFAP e da secção da APS Famílias e Curso de Vida. Atualmente coordena o projecto de investigação «O duplo adiamento: as intenções reprodutivas de homens e mulheres depois dos 35 anos» e colabora no projeto de investigação «Men's Roles in a Gender Equality Perspective». *Email*: vanessa.cunha@ics.ulisboa.pt.

Virgínia Ferreira, doutorada em Sociologia, é professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais. Tem estudado o modo como as relações sociais de sexo se expressam em vários fenómenos, processos e estruturas sociais: as mudanças económicas e políticas; a regulação do mercado de trabalho; as transformações tecnológicas; os regimes de bem-estar e outras instituições sociais; e as atitudes e práticas das mulheres e dos homens no trabalho, no emprego e na esfera doméstica. Os seus interesses mais recentes centram-se no estudo das políticas públicas de igualdade. É membro fundador da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), à qual presidiu entre 1998-2002. É a representante portuguesa no Expert Group on Gender and Employment da Comissão Europeia. A obra publicada inclui artigos e ensaios em revistas e em coletâneas nacionais e internacionais. Publicações mais recentes: Virgínia Ferreira, «Employment and Austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal», in Maria

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

Karamessini e Jill Rubery (eds.), *Women and Austerity: the Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. Londres: Routledge, 207-227 (2014); Virgínia Ferreira (coord.), «Estudo de Avaliação da Integração da Perspetiva do Género nos Fundos Estruturais 2007-2013». Coimbra: CES/IGFSE (2013). (http://www.igfse.pt/upload/docs/AVALIA%C3%87AO/ColecaoEstudos/8a_IGFSE_Igualdade%20de%20G%C3%A9nero%20dos%20FE_Relat%C3%B3rio%20Final_2013.pdf); Rosa Monteiro e Virgínia Ferreira, «Planos para a igualdade de género nas organizações: Contributos para o desenho e realização dos diagnósticos organizacionais», *Sociedade e Trabalho*, n.ºs 43/44/45, 123-136 (2013); Rosa Monteiro e Virgínia Ferreira, «Metamorfoses das relações entre o Estado e os movimentos de mulheres em Portugal: entre a institucionalização e a autonomia», *ex æquo*, 25: 13-27 (2012) (http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602012000100003&script=sci_arttext); *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias* (org.), Lisboa, CITE (2010). URL: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/virginia_ferreira.php.

Prefácio

Nos dias 15 e 16 de Janeiro de 2015 realizou-se no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa a Conferência Internacional «A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal: Uma Questão Social, Económica e Política», que promoveu um debate sério e (potencialmente) consequente sobre a natalidade portuguesa, hoje uma das mais baixas da Europa e do mundo.

A organização deste encontro partiu de um convite que a Associação para o Planeamento da Família (APF) dirigiu ao Observatório das Famílias e das Políticas de Família do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OFAP/ICS-ULisboa), à qual se juntou também o Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson-Correia da Serra (IPP).

Cientes da urgência desta reflexão, assim como da complexidade que tem revestido a queda da natalidade na sociedade portuguesa, os organizadores da Conferência convidaram reconhecidos peritos, académicos e políticos, que prontamente aceitaram o desafio. Foram dois dias de debate intenso e aprofundado, para o qual contribuíram perspetivas multifacetadas e complementares sobre esta problemática: da demográfica à sociológica, da económica à política, da médica à jurídica.

No decorrer de sete sessões temáticas, cujas principais ideias e perspetivas foram recuperadas e sistematizadas na sessão de encerramento, foi feito um retrato exaustivo da natalidade portuguesa, da sua evolução e das suas especificidades no contexto europeu; equacionaram-se os direitos reprodutivos, o respeito pelas escolhas individuais e as questões da infertilidade; mapearam-se as políticas de família em Portugal e na Europa e as questões da conciliação família-trabalho; avaliou-se o impacto das políticas públicas nas (in)decisões reprodutivas e identificaram-se os principais obstáculos que atualmente se colocam à realização da fecundidade desejada; auscultaram-se representantes dos grupos parlamentares e esboçaram-se os consensos possíveis em matéria de natalidade.

Apesar de a Conferência e as apresentações que serviram de suporte aos oradores estarem integralmente disponíveis para visualização e con-

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

sulta no *website* do OFAP,¹ os organizadores do encontro sentiram que a sua missão não terminava aí e que importava dar a conhecer, a um público mais vasto, a riqueza da informação então reunida e do profundo debate que ela suscitou. Foi, deste modo, que nasceu a ideia da publicação das Atas da Conferência, convidando-se para tal os oradores a enviarem as suas reflexões ou, em alternativa, a autorizarem a transcrição do registo dos discursos proferidos.

A presente publicação reúne, assim, a contribuição de praticamente todos os oradores da Conferência, seja em formato de texto inédito, seja em formato de discurso transcrito e revisto pelo próprio. A heterogeneidade em termos de dimensão, estilo, profundidade analítica, elementos gráficos e língua (cinco dos textos são em inglês) resulta desse processo editorial, mas também da total liberdade dada aos autores na apresentação dos seus textos, enquanto reflexo da sua liberdade de pensamento.

Na qualidade de organizadores da Conferência e da presente publicação, gostaríamos de expressar o nosso profundo agradecimento aos oradores/autores que compreenderam a relevância da missão que tínhamos em mãos, e se juntaram a nós, mais uma vez, na divulgação da(s) problemática(s) da natalidade em Portugal. Por ordem alfabética: Ana Nunes de Almeida, Angela Greulich, Armando Varela, Carlos Farinha Rodrigues, Carlos Pereira da Silva, Catarina Marcelino, David Cruz, Eurico Reis, Heloísa Apolónia, Heloísa Perista, Inês Teotónio Pereira, Isabel Tiago de Oliveira, Joaquim Azevedo, Lisa Vicente, Maria Filomena Mendes, Maria João Valente Rosa, Marta Casal, Mónica Ferro, Paula Santos, Sandra Ribeiro, Sara Falcão Casaca, Sónia Cardoso Pintassilgo, Teresa Almeida, Tomáš Sobotka e Virgínia Ferreira.

Embora pequem por tardios, outros agradecimentos são devidos, pela importância que estas pessoas tiveram para o sucesso da Conferência e para a divulgação dos seus resultados: à Margarida Bernardo e à Sara Duarte, que secretariaram a Conferência; ao Fernando Araújo e à Madalena Reis, pelo suporte audiovisual; ao Rodrigo Rosa e à Catarina Lorga, atentos relatores, que sistematizaram as ideias e os desafios avançados ao longo dos dois dias de trabalhos; ao José Luís Cardoso, à Marina Costa Lobo e ao Mário Parra da Silva, oradores da Conferência; à Anália Torres, à Isabel Dias, ao João Dória Nóbrega, ao José São José, à Maria João Guardado Moreira e à Sofia Aboim, colegas e amigos que elevaram a

¹ Disponível em: <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/index.php/eventos/eventos-realizados/conferencia-a-s-problematICA-s-da-natalidade-em-portugal-uma-questao-social-economica-e-politica>.

Prefácio

qualidade de cada uma das sessões no papel de moderadores; ao Joaquim Azevedo, um agradecimento adicional e sentido, por ter vindo partilhar e debater connosco o Relatório que coordenou *Por um Portugal Amigo das Crianças, das Famílias e da Natalidade*.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, à Bayer e à MSD, um agradecimento pelo apoio financeiro, em donativo no caso destas últimas, que viabilizou este encontro.

Queremos deixar ainda uma palavra especial de agradecimento ao João Segurado, ao Levi Condinho e ao John Stewart Huffstot, pelo minucioso trabalho de revisão manuscrito e de edição deste livro; e à Sónia Vladimira Correia, pela sua preciosa colaboração na revisão das provas.

Por último, gostaríamos de agradecer à Imprensa de Ciências Sociais, e em especial ao seu diretor José Machado Pais, pela entusiástica receção da presente publicação e por permitir trazer à luz do dia esta importante ferramenta de trabalho e reflexão que poderá, assim o desejamos, informar a decisão política, legislativa ou técnica.

A todos e a todas, o nosso bem-haja!

*Vanessa Cunha
Duarte Vilar
Karin Wall
João Lavinha
Paulo Trigo Pereira*

Ana Nunes de Almeida
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Capítulo 2

A queda da fecundidade: o seu lado solar

A minha apresentação pretende oferecer um contradiscurso sobre o declínio da fecundidade, demasiadas vezes caracterizado como uma componente sombria e um problema disruptivo nas sociedades ocidentais contemporâneas. Não sendo demógrafa, mas socióloga – com trabalho na área da família, da escola e da infância – gostaria de aproveitar esta oportunidade para me focar naquilo que poderíamos designar como o «lado solar» da queda da fecundidade. Esse é o meu objetivo para esta conferência, esperando que contribua para o enriquecimento da discussão.

Parto de uma constatação, de uma evidência. A queda brutal das taxas de fecundidade no Ocidente europeu é hoje um tema maior da agenda pública. Mais recentemente em Portugal, e perante os mínimos históricos atingidos pelo indicador e seus potenciais «efeitos devastadores» (por exemplo, sobre a sustentabilidade do Estado social), constituiu-se mesmo como um «problema crítico» que o actual Governo pretende enfrentar. Nesse sentido, o primeiro-ministro criou em 2014 um grupo de trabalho multidisciplinar independente sobre natalidade com o objectivo de, no curto espaço de três meses, estudar temas e propor soluções no âmbito de «um plano de ação nacional na área da natalidade».¹

Tornou-se de repente urgente convencer e encorajar os casais a terem filhos e urgente também proteger as famílias com descendência. Curiosamente, neste discurso político (com forte impacto no ambiente mediático) revela-se um sentido de perda, de tristeza e de nostalgia ao comparar-se o presente com o passado. Nas velhas sociedades tradicionais

¹ Tratou-se da Comissão para a Política da Natalidade em Portugal, que produziu o Relatório *Por um Portugal Amigo das Crianças, das Famílias e da Natalidade. (2015-2035): Remover os Obstáculos à Natalidade Desejada* (Azevedo 2014).

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

existiriam descendências múltiplas, famílias e casais estáveis; os valores e a ordem transmitir-se-iam com fluidez entre uma geração e a seguinte. Ao contrário, a família aparece hoje em dia retratada em crise, senão mesmo desmoronando-se ou em risco de desaparecimento. O divórcio não para de aumentar, as taxas de nupcialidade decrescem, é cada vez maior o número de casais que atrasam o nascimento do primeiro filho ou limitam os seus projetos procriativos à sua expressão mínima (1 filho). Numa palavra, viveríamos em sociedades «sem valores».

Curiosamente, este discurso imbuído de pânico moral não é um exclusivo da esfera familiar. Eis duas ilustrações provenientes de áreas em que tenho trabalhado. Ele ressurgue, por exemplo, na perceção muito comum de certos sectores da população sobre a educação: no passado, essa admirável idade de ouro que perdemos, as escolas funcionavam, existia exigência, rigor e autoridade, os professores ensinavam e os alunos verdadeiramente aprendiam (Almeida e Vieira 2006); hoje viveríamos sob o signo do facilitismo, da indisciplina e da ignorância. Outro caso típico é o discurso essencialista sobre os efeitos (nocivos) dos novos *media*, por exemplo a internet, no desenvolvimento das crianças (Almeida 2015). As novas tecnologias de informação e comunicação teriam roubado às crianças infâncias criativas, lúdicas, seguras, emocional e socialmente densas.

Descurando o estudo rigoroso da realidade presente, são afinal abordagens que fazem sobretudo eco da angústia dos mais velhos em lidar com modalidades de mudança social que desconhecem e que nem reproduzem as suas próprias experiências ou memórias pessoais.

Voltando ao tema deste seminário, a queda da fecundidade, as narrativas catastrofistas baseiam-se muitas vezes na descrição da evolução de números no tempo, na análise de séries cronológicas de indicadores. Mas os números são abstrações que sintetizam o resultado final de uma complexa e multidimensional cadeia de práticas e valores, transportadas por indivíduos e grupos inseridos em contextos sociais desiguais. Todos estes retratos estatísticos da realidade são extremamente importantes (não é essa a minha questão). Mas os números, de certa maneira, não são «dados» (como sinónimo de matéria-prima) mas constructos. Os números, os gráficos e as figuras não falam por si. Respondem, explícita ou implicitamente, a questões teóricas e a questões sociais.

Ora *a contrário*, ou pelo menos complementarmente, podemos trazer para a agenda do debate em torno da fecundidade uma perspetiva temporal e histórica, admitindo que o contexto conta; devemos ainda prestar atenção ao lado do avesso dos números, aos processos sociais que a eles

A queda da fecundidade: o seu lado solar

conduzem; e procurar os valores e as representações que, do ponto de vista dos atores que os experienciam, permitem interpretar essa queda da fecundidade e constituem os bastidores dos seus indicadores.

A primeira questão que é legítimo colocar é a de saber se, efetivamente, esse passado retratado pela «nostalgia ocidental» constituía uma idade de ouro. Em matéria de fecundidade, vale a pena voltar a recomendar o clássico de Edward Shorter, *History of Women's Bodies* (Nova Iorque: Basic Books, 1982) onde o autor desenvolve detalhadamente uma história das práticas de saúde, médicas e sexuais das mulheres em sociedades tradicionais. Apoiando-se em documentação e iconografia, Shorter demonstra como até ao século XX as mulheres foram vítimas de gravidezes múltiplas e indesejadas, partos traumáticos, métodos de controlo de nascimentos e abortivos «bárbaros», doenças e incapacidades físicas dolorosas e terríveis. Este cenário não afeta apenas o corpo feminino; transborda para a sociedade no seu todo e, em particular, para a família.

Nas sociedades de Antigo Regime a vida familiar era extremamente instável, precária e turbulenta (Ariès e Duby 1987; Burguière 1986; Flan-drin 1976; Shorter 1977). A morte estava no centro da vida privada, tal como o cemitério estava no centro da comunidade. A mortalidade infantil atingia níveis confrangedores: em média, eram precisos dois bebés para produzir um adulto. A mortalidade e a morbilidade das mulheres jovens (na sequência de partos, abortos e intervenções malsucedidas), em idade de maternidade ativa, eram dramáticas. Isto significa, desde logo, que a instabilidade e a precariedade estavam no centro da vida familiar. Houve inclusivamente historiadores que se lhe referiam como se se tratasse de «uma família em migalhas». A instabilidade dos casais e das famílias dos nossos dias, *per se*, não constituem assim um traço que as distingua das do passado.

Por outro lado, e pensando agora nas sociedades ocidentais do nosso tempo, os resultados de inquéritos aos valores e representações dos europeus (por exemplo, o *International Social Survey Programme*, o *European Social Survey*) revelam que a família é uma esfera a que atribuem uma importância ímpar (comparativamente, por exemplo, ao trabalho, aos amigos, à religião, ao lazer ou à política).² A família constitui uma espécie

² Serão brevemente apresentados dados de 2014 provenientes do ISSP, que o demonstram, replicando aliás os recolhidos em 2004 e publicados em Wall e Amâncio (2007). No que respeita ao ESS, vale a pena consultar a base de dados sobre Trabalho, Família e Bem Estar, de 2010, no link: <http://www.europeansocialsurvey.org/data/themes.html?t=family>.

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

de cola, de cimento ideológico que une e integra mais novos e mais velhos, homens e mulheres, pessoas de classes sociais favorecidas ou desfavorecidas em torno de valores comuns e muito fortes. O que não impede – note-se – que a família e a vida familiar tenham mudado significativamente ao longo das últimas décadas. Mas mudar não significa entrar em crise ou desaparecer...

Processos como a desinstitucionalização e a informalização dos modos de viver em casal, por exemplo, dão um cunho novo aos comportamentos da conjugalidade (que deixa de estar, de resto, colada à nupcialidade – civil ou religiosa). A experiência conjugal é hoje tendencialmente vivida como um compromisso privado, fora das amarras institucionais e construída passo a passo num *work in progress* permanente entre os atores que a fabricam. Tornam-se hoje mais raros os percursos lineares ou previsíveis, coexistindo pelo contrário reportórios variados de práticas familiares, como arranjos que combinam conjugalidade sem casamento, casamento ou conjugalidade sem procriação, por exemplo (Aboim 2011; Torres 2002). Apesar de tanta mudança, o ideal dos dois filhos continua a ser uma constante para a larga maioria dos casais. A procriação mantém-se uma ambição decisiva nestas famílias contraceptivas (Cunha 2007).

Que valores encontramos, então, nos bastidores da queda da fecundidade? Um dos mais relevantes é, sem dúvida, a representação moderna da infância, isto é, a emergência da infância como uma categoria geracional (distinta da adultícia). Esta pode ser considerada, como sugestivamente escreveu Ariès, a «alma gémea do controlo dos nascimentos». Na sua obra pioneira (*L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*), o autor sublinha o facto de a infância ser uma construção social, produto de um tempo e de um lugar históricos. É na família burguesa dos finais do século XVIII, onde, pela primeira vez, se conseguem pôr em prática formas rudimentares de controlo de nascimentos e os níveis de mortalidade infantil regridem, que surge a representação da criança enquanto ser distinto do adulto, concebida como fruto do amor do casal, celebrada na sua inocência e vulnerabilidade. Por isso mesmo a criança revela-se um ser único, a necessitar de proteção, cuidado e afeto. Não se trata pois de «um adulto em miniatura»; se, no passado, era posta a trabalhar desde que fisicamente apta na rede de trabalho familiar junto dos mais velhos, agora entende-se que a sua socialização deve decorrer no espaço privado da casa e, fora dela, na escola, onde é colocada entre outras crianças para receber não só o ensino de saberes técnicos, como aprender os valores da cidadania. O ofício do aluno tende aliás hoje a sobrepor-se e a identificar-se ao próprio ofício da criança, ao mesmo tempo que o trabalho

A queda da fecundidade: o seu lado solar

infantil (tal como existia no passado) é punido pela legislação como um crime.

Ora é este ideal da criança e da infância um dos mais fortes incentivos ao controlo dos nascimentos.

Assistimos pois à passagem da criança feita em série para a realidade de uma criança feita por medida. Os meios modernos de contraceção que aparecem nos anos 60 (nomeadamente a pílula e o dispositivo intra-uterino) permitem controlar efetivamente o percurso reprodutivo, separando a sexualidade ativa do risco de gravidez ou de aborto, o que constitui um marco histórico. Pela primeira vez na história da humanidade, as pessoas podem decidir quantos filhos têm e qual o calendário do seu nascimento. A oferta de contraceção médica e eficaz não explica, porém, a sua difusão massiva. A questão passa a ser precisamente a seguinte: que fatores explicam a procura social de contraceção?

Vale a pena referirmos quatro fatores.

O primeiro tem a ver com o fim de uma regularidade trágica do passado: a morte como marcador indissociável da infância. Nas sociedades contemporâneas do Ocidente europeu, há menos bebés que nascem, mas quase certamente todos eles chegarão à idade adulta. A queda acentuadíssima das taxas de mortalidade infantil, nomeadamente em Portugal (77,5 por mil em 1960, 2,9 por mil em 2013), é uma dinâmica a ter em conta quando se discutem os níveis baixos da fecundidade. A morte de uma criança – tão comum no passado ou mesmo atualmente em países pobres dos continentes africano ou asiático, todos eles caracterizados por altíssimas taxas de fecundidade – tornou-se hoje uma exceção intolerável nos países desenvolvidos. A queda da fecundidade significa por isso também um progresso notável das condições higiénico-sanitárias das populações, uma extraordinária capacidade médica e social de acolhimento do recém-nascido e do bebé, para além de grandes avanços nas modalidades de proteção e acompanhamento do bem-estar da grávida e da parturiente.

Em segundo lugar, há que destacar a importância da escola e da educação das crianças, prioridades que moldam fortemente as estratégias familiares (Almeida e Vieira 2006). O diploma escolar é visto como um fator de mobilidade social e este constitui um dos mais poderosos incentivos para limitar os nascimentos: as crianças que estudam tornam-se dependentes das famílias durante um período muito mais longo, pois a sua entrada no mercado de trabalho é atrasada para anos mais tardios. Temos hoje menos filhos, mas as crianças são filhos durante muito mais tempo. Essa muito mais longa e intensa dependência afetiva e financeira dos

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

pais pesa nos orçamentos familiares e traduz-se numa ponderação cuidada entre o número de filhos desejados (e havidos) e as efetivas condições materiais e de vida que os pais estimam que lhes devem proporcionar.

O reconhecimento dos direitos das mulheres, nomeadamente no campo sexual e reproductivo, surge como outro fator explicativo da procura contraceptiva. A procriação deixou de ser para as mulheres um destino biológico ou uma necessidade a cumprir. Tornou-se uma escolha racional, entre outras, negociada no âmbito de um calendário individual ou conjugal, no seio de uma família mais «relacional» do que «institucional». Para além disso, o avanço e o sucesso escolares das raparigas nos vários níveis de ensino (onde o seu desempenho as coloca em larga vantagem sobre os colegas rapazes), a sua entrada em força no mercado de trabalho constituem outros fatores em jogo quando se interpreta a dinâmica da fecundidade. Embora nem sempre haja uma relação linear na Europa entre altas taxas de atividade feminina e baixa descendência final das mulheres,³ a importância que a realização profissional ocupa hoje como valor e como instrumento de autonomia individual não pode deixar de ser tida em conta.

O quarto fator associa-se ao processo de individualização típico das sociedades reflexivas contemporâneas. Nestas, promove-se o treino dos indivíduos na procura da autonomia e na descoberta da sua autenticidade em contextos onde se desvaneceram os sistemas holísticos (nomeadamente religiosos) que indicavam coletivamente, para sempre e para todos, a fronteira entre o certo e o errado, a virtude e o pecado. Num *runaway world*, os indivíduos procuram construir biografias eletivas únicas (Beck 1992; Beck e Beck-Gernsheim 2002).

A queda da fecundidade é pois também o resultado de valores, de escolhas culturais feitas por sociedades como as nossas.

Em suma. Se a agenda mediática parece quase exclusivamente orientada pelos temas de alarme social em torno da queda da fecundidade, anunciada como um flagelo ou uma ameaça para a dinâmica demográfica, social e política das sociedades contemporâneas, é importante lembrarmos o reverso desta medalha. A queda da fecundidade esconde extraordinárias conquistas no que respeita os direitos de cidadania das crianças ou das mulheres. A emergência da infância como categoria cul-

³ Basta consultar e trabalhar os dados oficiais do *Eurostat* para o comprovar, por exemplo em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/population-demography-migration-projections/births-fertility-data/database>.

A queda da fecundidade: o seu lado solar

tural distinta da adultícia, por um lado, o *empowerment* das mulheres no que toca às escolhas que fazem relativamente à sua saúde reprodutiva, por outro, são fatores que revelam o lado solar do recuo drástico do número de nascimentos nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Referências bibliográficas

- Aboim, S. 2011. «Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação». In *História da Vida Privada em Portugal. Os Nossos Dias*, coord. A. N. de Almeida. Lisboa: Círculo dos Leitores, 80-111.
- Almeida, A. N., coord. 2015. *Infâncias Digitais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, A. N., e M. M. Vieira. 2006. *A Escola em Portugal. Novos Olhares, Outros Cenários*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ariès, P. 1960. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon.
- Ariès, P., e G. Duby, eds. 1987. *Histoire de la vie privée*, Paris: Seuil.
- Azevedo, Joaquim, coord. 2014. *Por um Portugal Amigo das Crianças, das Famílias e da Natalidade (2015-2035): Remover os Obstáculos à Natalidade Desejada*. Porto: Instituto Francisco Sá Carneiro.
- Beck, U. 1992. *Risk Society – Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Beck, U., e E. Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization: institutionalized individualism and Political Consequences*. Londres: Sage.
- Burguière, A. et al. 1986. *Histoire de la Famille*. Paris: A. Colin.
- Cunha, Vanessa. 2007. *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Flandrin, J.-L. 1976. *Familles – parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Hachette.
- Shorter, E. 1977. *Naissance de la famille moderne*. Paris: Éd du Seuil.
- Torres, A. 2002). «Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos». *Análise Social*, xxxvii (163): 69-602.
- Wall, K., e L. Amâncio, orgs. 2007. *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal

Sessão 2

A natalidade em Portugal

Moderação de Maria João Guardado Moreira
Escola superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

